

Maioria dos constituintes quer diretas até novembro de 88

Da Redação da Folha

A maioria dos constituintes (49%) entrevistados pelo DataFolha é favorável à realização de eleições diretas para a Presidência da República até novembro de 1988. Desses 49%, 1% querem que as eleições sejam realizadas já, 12% depois de promulgada a nova Constituição e 36% em novembro de 1988.

Vinte e quatro por cento defendem eleições em 1989 e 16% em novembro de 1990; 10% não se definiram —5% associam sua escolha ao mandato dos futuros presidentes— e 1% são contra eleições diretas para presidente da República.

O resultado foi obtido pela PesquisaFolha, realizada entre os dias 12 e 21 de maio em Brasília, quando foram entrevistados, dos 559 parlamentares constituintes, 472 (84%) —250 do PMDB, 114 do PFL, 34 do PDS, 25 do PDT, 13 do PTB, 16 do PT e 20 de outros partidos.

A pesquisa constatou ainda que o regime de governo divide os parlamentares, 36% são pelo parlamentarismo, outros 36% pelo presidencialismo, 25% defendem um regime "misto" e 3% não definiram o regime ou escolheram outro.

Regime e mandato

Entre os presidencialistas, 54% são contrários a que o presidente nomeie os ministros sem aprovação do Congresso —presidencialismo com princípios parlamentaristas— e 42% são a favor; 18% não querem que o presidente faça uso de decretos-leis e 2% acham que o presidente deve estipular o orçamento da União com a aprovação do Legislativo.

As opiniões dos parlamentaristas aproximam-se das dos constituintes que optaram por um regime "misto" de governo. A minoria dos parlamentaristas, 10%, considera que o presidente poderia fazer uso dos decretos (contra 15% dos constituintes pró-regime "misto" de governo); 6% nomear ministros sem aprovação do Congresso e 1% determinar o orçamento da União sem aprovação do Legislativo.

Quarenta e seis por cento dos constituintes pró-regime "misto" de governo aprovam a prerrogativa presidencial de dissolução do Congresso com convocação de eleições antecipadas —48% são contra.

Quanto ao mandato dos futuros presidentes, 47% fixam-se nos cinco anos, 44% defendem os quatro anos de mandato, 3% defendem seis anos, 5% apostam em outras propostas e 1% não sabem. O direito à reeleição do presidente da República não seria dado por 52% dos parlamentares, enquanto 45% são favoráveis à reeleição e 3% deram outras respostas.

Opinião dos partidos

A preferência pelo regime presidencialista obtém maioria entre os constituintes do PDT (92%), PT (88%), PTB (62%) e PFL (42%) —destes, 29% apoiam o parlamentarismo e 25% o regime "misto". Os únicos partidos que reúnem a maioria de constituintes parlamentaristas são o PMDB, 45%, e PDS, 35%. O regime misto de governo é defendido por 27% de peemedebistas e 32% de pedessistas contra os 26% de presidencialistas no PMDB e 27% no PDS.

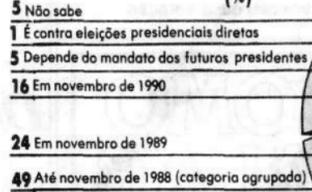
Diretas

As maiores taxas favoráveis às eleições presidenciais diretas até 1988 encontram-se no PT, 100%, e no PDT, 96%. Com taxas mais baixas, mas ainda em maioria absoluta, aparecem os pedessistas, 56%; os petebistas, 54%, e os peemedebistas, 52%.

Apenas os pefelistas são contrários, em sua maioria, às eleições até 1988, já que 23% são totalmente contrários, 40% querem eleições em 1989 e 30% em 1990.

Você é a favor da realização de eleições diretas para presidente

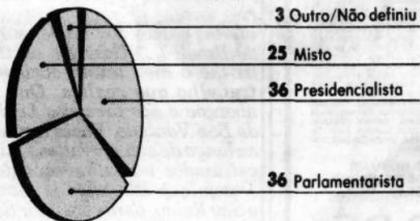
Constituintes %
Total (%)



Categorias	Total %	Partido Atual %						
		PMDB	PFL	PDS	PDT	PTB	PT	Outros
Já, mesmo antes de acabar a Constituinte	1	1	1	3	4	8	6	—
No começo do próximo ano, depois de anunciada a nova Constituição	12	8	4	9	40	15	75	25
Em novembro de 1988	36	43	17	44	52	31	19	35
Em novembro de 1989	24	24	40	12	—	15	—	10
Em novembro de 1990	16	13	30	14	4	23	—	5
Depende do mandato dos futuros presidentes	5	5	4	6	—	—	—	20
É contra eleições presidenciais diretas	1	1	—	6	—	—	—	—
Não sabe	5	5	4	6	—	8	—	5
Total	100	100	100	100	100	100	100	100
Nº de entrevistas	472	250	114	34	25	13	16	20

Você defende para a nova Constituição um regime de governo presidencialista ou parlamentarista?

Total (%)

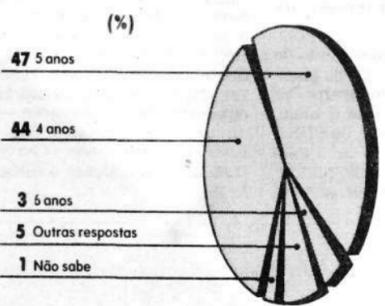


Categorias	Constituintes						
	Partido Atual %						
	PMDB	PFL	PDS	PDT	PTB	PT	Outros
Presidencialista	26	42	27	92	62	88	10
Parlamentarista	45	29	35	4	23	6	40
Misto	27	25	32	4	15	6	35
Outro/Não definiu	2	4	6	—	—	—	15
Total	100	100	100	100	100	100	100
Nº de entrevistas	250	114	34	25	13	16	20

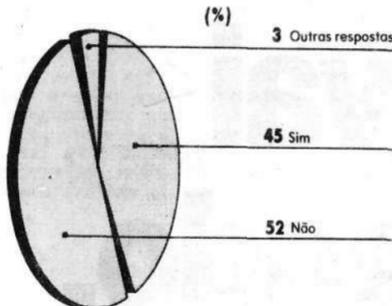
Nesse regime, o presidente da República poderia:

Categorias	Constituintes				
	Total	Regime de governo preferido			
		Presidencialismo	Parlamentarismo	Misto	Outro/não definiu
Fazer uso de decretos-leis?	15	18	10	21	7
Dissolver o Congresso e convocar novas eleições?	36	5	59	46	40
Nomear ministros sem aprovação do Congresso?	21	42	6	15	7
Determinar o orçamento da União sem aprovação do Legislativo?	1	2	1	—	—
Nº de entrevistas	472	169	170	118	15

Na sua opinião, a nova Constituição deve estabelecer para os futuros presidentes um mandato de 4, 5 ou 6 anos?



Os presidentes da República devem ter direito à reeleição?



O DataFolha entrevistou, em Brasília, entre os dias 12 e 21 de maio, 472 dos 559 constituintes (84% do Congresso constituinte).

Partidos	Constituintes entrevistados		%
	Bancada	Entrevistas	
PMDB	303	250	83
PFL	133	114	86
PDS	37	34	92
PDT	26	25	96
PTB	19	13	68
PT	16	16	100
Outros	25	20	83
TOTAL	559	472	84

A pesquisa é uma realização do DataFolha, sob a direção do sociólogo Antonio Manuel Teixeira Mendes. A supervisão dos trabalhos de campo esteve a cargo do sociólogo Rafi Boudjikian. A formulação dos temas e a interpretação dos resultados são de responsabilidade da Redação.

Fonte: DataFolha

Constituintes já tendem ao neopresidencialismo

ALEXANDRE POLESI
Enviado especial a Brasília

Posto em primeiro plano pelo presidente José Sarney, com seu discurso da última segunda-feira, o debate sobre o sistema de governo registrou, na semana passada, a primeira ofensiva clara em favor do presidencialismo desde o início do Congresso constituinte. Até então, sempre vagamente, a maioria dos constituintes defendia um sistema parlamentarista ou misto.

Em seu discurso, Sarney foi claro, ao defender, além de cinco anos para seu mandato, uma inequívoca opção presidencialista para o futuro sistema de governo. Quase ao mesmo tempo, através de um substitutivo encaminhado à Subcomissão do Poder Executivo do Congresso constituinte, o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, marcou sua posição no partido em favor do presidencialismo, ainda que atenuado por um Congresso forte.

1 'Quando pergunto sobre parlamentarismo puro, dizem: não é bem isso'

O discurso presidencial gerou no PMDB uma reação contrária desproporcional à real dimensão da tendência parlamentarista no partido. No dia seguinte ao discurso, na reunião da bancada do PMDB, terça-feira passada, apenas para contrariar o presidente, vários presidencialistas votaram a favor do parlamentarismo, quando o senador Mário Covas (SP) colocou a questão em votação.

O resultado final não atingiu o quórum mínimo mas representou um claro recado do partido ao presidente: 93 constituintes votaram a favor do parlamentarismo, 34 por uma fórmula "mista" (foi o caso do deputado Ulysses Guimarães e dos senadores Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas) e apenas nove votaram pelo presidencialismo defendido por Sarney na véspera. "Eu sou presidencialista mas votei pelo parlamentarismo", disse, com um sorriso, o vice-líder do partido, o deputado Miro Teixeira (RJ).

Avanço presidencialista

Mesmo assim, a tese presidencialista avançou pela primeira vez, dentro do Congresso constituinte, desde seu início. Segundo o cientista político David Fleischer, norte-americano professor da Universidade de Brasília, o presidencialismo, apesar das aparências em contrário, deverá predominar na Constituinte, à medida que o debate avança.

Fleischer disse, na última quinta-feira, que em suas conversas com constituintes tem ouvido, de fato, muitos argumentos em favor do parlamentarismo. Mas para o professor, quando a discussão se aprofunda, fica claro que o deputado ou senador está pensando, na verdade, num sistema presidencialista, não parlamentarista. "No fundo, o que eles querem é um Congresso revigorado", disse.

Esse revigoramento se traduziria por poderes para demitir ministros, para punir a corrupção governamental, para controlar o orçamento e outras prerrogativas. "Quando pergunto sobre o parlamentarismo puro, eles dizem: 'Não é bem isso o que eu quero'", afirmou Fleischer. É exatamente essa indefinição que deu força, nos últimos dias, ao projeto do senador José Fogaça (PMDB-RS) —um sistema "misto", que ele batizou de "neoparlamentarismo".

Rigorosamente, o projeto é "neopresidencialista". Por ele, o presidente é eleito diretamente e indica o primeiro-ministro, que pode ou não ser aprovado pelo Congresso Nacional. Redigido de modo a obrigar um equilíbrio quase perfeito entre Executivo e Legislativo, o projeto original de Fogaça, apresentado há catorze dias, tinha um ligeiro acento presidencialista —o que desagradou os parlamentaristas mais ortodoxos. Isto levou Fogaça a reforçar o tempero parlamentarista na versão

final de sua proposta, apresentada na quinta-feira.

Uma característica curiosa desse debate é que ele não pode ser enquadrado ideologicamente. "Sou pelo presidencialismo, com os ministros sujeitos à confirmação do Congresso", disse na semana passada o líder do PDS na Câmara, Amaral Netto (RJ), um dos expoentes da direita na Constituinte. No mesmo dia, o sociólogo e deputado Florestan Fernandes (PT-SP), um dos mais importantes intelectuais marxistas do Brasil, também defendeu o presidencialismo.

Resistências

Para Florestan, busca-se hoje uma saída parlamentarista "apenas como uma tentativa de se resolver a crise atual". Em sua análise, não há condições para implantação do parlamentarismo, hoje no Brasil, embora ele ressalve: "Como socialista, sou em princípio pelo parlamentarismo". Seus colegas da esquerda não pensam assim.

São parlamentaristas os deputados Roberto Freire (PE), líder do PCB, e Haroldo Lima (BA), líder do PC do B. Mas também é o deputado Gastone Righi (SP), líder do conservador PTB. Por outro lado, são presidencialistas o ex-governador Leonel Brizola, do PDT, e o senador Marco Maciel (PE), presidente nacional do PFL.

A "Frente Parlamentarista", bastante ativa nos últimos dias, reúne na Constituinte deputados conservadores como Victor Faccioni (PDS-RS) e esquerdistas como Ibsen Pinheiro (PMDB-SC).

A contribuição mais importante em favor do presidencialismo até agora dentro do Congresso constituinte foi o projeto assinado pelo deputado Maurício Ferreira Lima (PMDB-PE), mas na verdade preparado pelo jurista Miguel Reale Júnior, a pedido de Ulysses Guimarães. Reale Júnior —assessor jurídico de Ulysses— chamou seu projeto de "semipresidencialista".

2 Projeto Reale Jr. prevê um primeiro-ministro controlador do governo

Segundo ele, seu regime caracteriza-se pela "co-responsabilidade" entre Executivo e Legislativo, mas com inequívoco predomínio do presidente, eleito diretamente. Embora presidencialista, o projeto de Reale Júnior prevê a figura do primeiro-ministro, concebido como "elemento de mediação entre Executivo e Legislativo" e a quem competiria a função de "controlador da ação governamental" e a "coordenação" dos ministros.

O projeto não prevê a hipótese de dissolução do Congresso pelo presidente, como o "neoparlamentarismo" do projeto Fogaça. Mas prevê a aprovação pelo Congresso do primeiro-ministro indicado pelo presidente, com um limite: após duas indicações derrotadas, o presidente é livre para escolher o primeiro-ministro.

O projeto admite também a moção de censura ao primeiro-ministro, ou qualquer outro ministro, pelo Parlamento, mas só após seis meses da nomeação. Na semana passada, outro projeto também defendeu o presidencialismo na Constituinte. Foi a emenda do deputado Borges da Silveira (PMDB-PR), encaminhada à Subcomissão do Poder Executivo, sob uma falsa aparência "semiparlamentarista".

A emenda Borges da Silveira, feita por inspiração do Palácio do Planalto, foi encampada pelo "Centro Democrático", o grupo de "moderados" do PMDB que contesta a atual liderança do partido.

Esta proposta, entretanto, teve apenas dois objetivos: reforçar a tendência a favor dos cinco anos de mandato para Sarney (previsto no texto) e tentar assegurar que os ministros militares, qualquer que seja o novo sistema de governo, sejam indicação privativa do presidente da República e fiquem fora do alcance do Congresso.